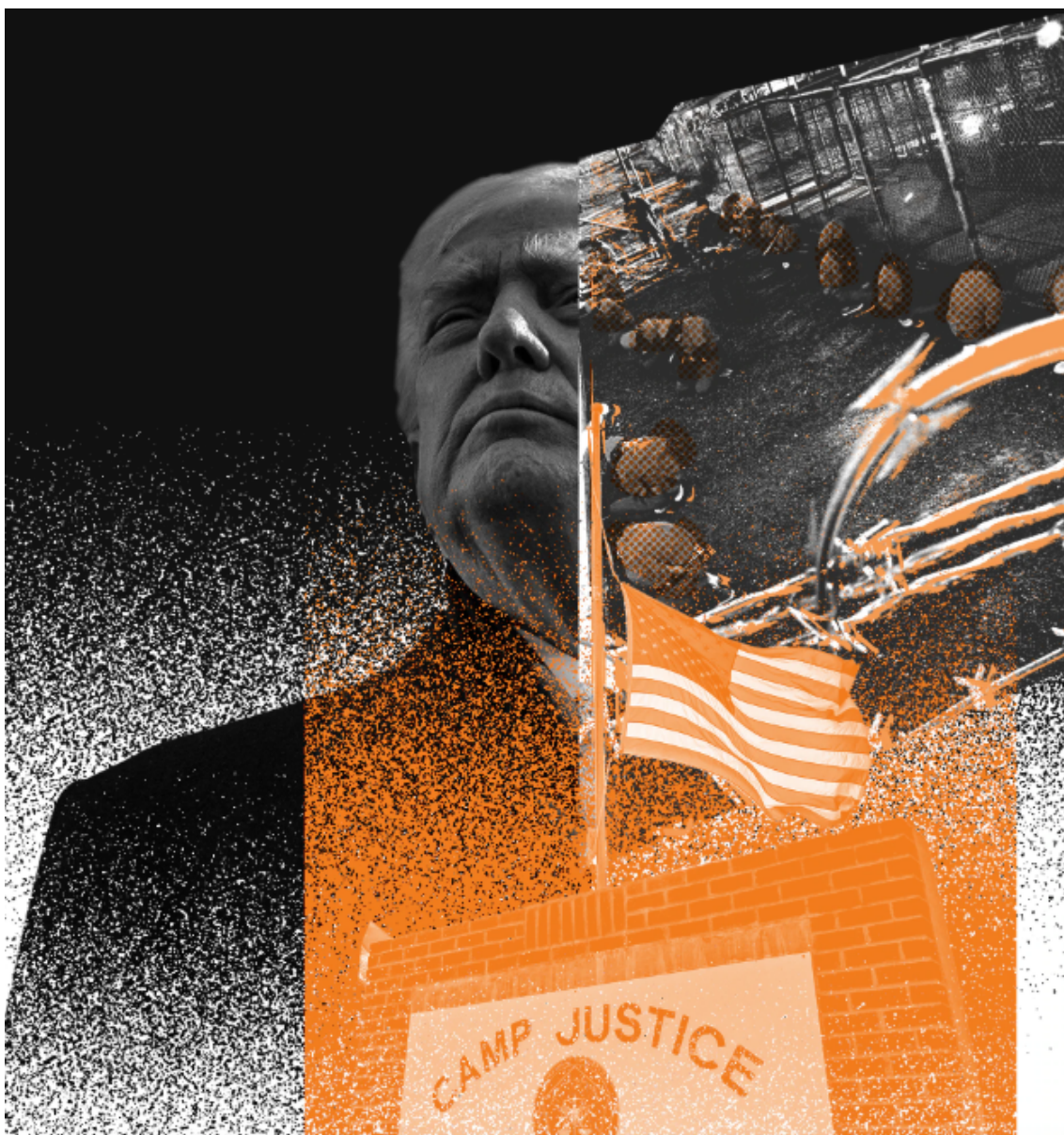




A impunidade de Trump reflete um legado maligno

Por Eric L. Lewis / The Washington Post

A impunidade da administração Trump pode parecer algo de novo na vida americana. Mas não é. Embora os excessos estejam a acelerar, muito do que está a acontecer agora teve origem na detenção indefinida e tortura de prisioneiros em Guantánamo Bay, na sequência dos ataques terroristas de 11 de setembro. E Guantánamo continua em funcionamento; ainda estão lá 15 prisioneiros, praticamente todos detidos há 20 ou mais anos.

Após quase um quarto de século, apenas foram condenados dois dos suspeitos de terrorismo ainda detidos em Guantánamo e, no geral, cerca de 95 por cento dos que lá foram levados desde 2003 nunca foram oficialmente acusados. Entre os prisioneiros estavam indivíduos perigosos como Khalid Sheikh Mohammed, o alegado principal organizador dos ataques de 11 de setembro, e alguns dos seus supostos cúmplices. Mas muitos outros detidos na instalação foram presos com provas frágeis ou inexistentes. Conheci e convivi com muitos destes detidos e com as suas famílias, trabalhando para garantir a sua liberdade. Eles carregam as marcas desses anos, e os Estados Unidos carregam as marcas de um pânico que levou à declaração de uma emergência atrás de outra, e à degradação do Estado de direito ao serviço da conveniência política.

Guantánamo foi considerado pela administração de George W. Bush como um buraco negro legal, um local controlado pelos EUA mas fora dos EUA, onde os detidos não tinham direitos legais nem acesso aos tribunais norte-americanos. Desde cedo, a administração declarou que as Convenções de Genebra, que proibiam a tortura e o tratamento cruel e desumano, não se aplicavam. O conselheiro jurídico da Casa Branca, Alberto R. Gonzales, escreveu num memorando a Bush dizendo que existia um “novo paradigma”, que “tornava obsoletas as limitações estritas de Genebra para o interrogatório de prisioneiros inimigos e tornava algumas das suas disposições antiquadas”. Sem surpresa, as proibições do direito internacional sobre a tortura foram vistas como excessivamente antiquadas e o resultado foi mais tortura e o abandono do direito internacional.

O Secretário da Defesa, Donald H. Rumsfeld, assegurou ao público americano que a administração estava a prender os “piores dos piores” em Guantánamo, com a implicação de que não havia necessidade de se preocupar com quem eram ou como eram tratados — o governo estava a proteger a América de futuros ataques terroristas. Contudo, pouco depois da chegada dos primeiros prisioneiros a Guantánamo, surgiram alertas dentro da administração de que entre os detidos estavam centenas de desconhecidos.

A grande maioria destes detidos não foi capturada por tropas norte-americanas, mas sim por civis afegãos e paquistaneses que os venderam em troca de recompensas. Rumsfeld afirmou que panfletos oferecendo pagamentos no Afeganistão caíam do céu “como flocos de neve em dezembro em Chicago”. Aqueles que eram capturados eram entregues sem qualquer processo de verificação para determinar quem eram ou o que poderiam ter feito. Foram produzidos “memorandos de tortura” para justificar os maus-tratos aos detidos.

Parece familiar? A Secretária da Segurança Interna, Kristi Noem, evocou exatamente as palavras de Rumsfeld, chamando aos migrantes capturados em rusgas de deportação de “os piores dos piores”, novamente sem qualquer tentativa real de apurar quem eram ou o que tinham feito. Após Renée Good ter sido morta em Minneapolis por um agente federal, Noem de imediato classificou-a como “terrorista doméstica”. Disse o mesmo sobre o enfermeiro de cuidados intensivos Alex Pretti, que foi alvejado várias vezes por agentes federais depois da sua arma legal ter sido apreendida. Trump chegou a enviar cerca de 700 migrantes para Guantánamo Bay; acabaram por ser transferidos para terceiros países.

Centenas de migrantes detidos foram enviados para uma prisão de segurança máxima em El Salvador, conhecida pelas práticas de tortura. Desta vez, aparentemente, a administração não arriscou enviá-los para uma base naval norte-americana onde pudessem ter alguns direitos, mas sim para uma instalação de um país estrangeiro, conhecida pela brutalidade, onde a administração podia alegar que estava impotente para influenciar o seu tratamento. Uma impunidade semelhante pode ser observada na campanha da administração Trump ao destruir barcos suspeitos de tráfico de droga, sem apresentar provas, limitando-se a afirmar que os mortos eram “narcoterroristas”.

A administração Trump assegura aos americanos que está a visar estritamente criminosos e terroristas, recorrendo à tática já habitual de invocar uma emergência para justificar um poder executivo ilimitado. Com um Congresso submisso e um executivo fortalecido e imune, os tribunais são a única instituição que oferece alguma esperança de contrapeso. Mas os tribunais estão sempre atrasados face às iniciativas do executivo. Os detidos de Guantánamo acabaram por obter o direito de contestar a sua detenção mas a decisão demorou mais de seis anos. É improvável que este Supremo Tribunal conceda hoje tais direitos. Os tribunais podem travar alguns dos piores abusos. Ou talvez não. Certamente não em tempo útil.

Sobre um método de tortura usado em Guantánamo Bay, Donald Trump declarou: “Se aprovaria o waterboarding? Podes apostar que sim”. Agora, como antes, há sempre um “eles” a servir de bode expiatório. A política dos EUA em Guantánamo normalizou a tortura, desprezou a apuração dos factos e ostracizou grupos marginalizados, por uma administração empenhada em construir apoio político. O seu legado maligno perdura nos dias de hoje.